

DOI: 10.30612 /rmufgd.v11i22.14510

A Estratégia de Segurança Nacional do Japão entre 2013 e 2022: ponto de inflexão na segurança internacional japonesa?

Japan's National Security Strategy between 2013 and 2022: a turning point for the Japanese international security?

La Estrategia de Seguridad Nacional de Japón entre 2013 y 2022: ¿punto de inflexión en la seguridad internacional japonesa?

Alysson Araldi Boschi

Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

E-mail: araldiboschi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6002-4659>

Resumo: A partir da criação da Estratégia de Segurança Nacional (ESN) do Japão, em 2013, procurou-se observar quais os impactos desta estratégia na segurança internacional do país até 2022. O problema de pesquisa, por conseguinte, aborda se a ESN representa ou não um ponto de inflexão para a segurança internacional do Japão. Apesar de se tratar de um documento pioneiro para o país, visto que foi a primeira vez em sua história que tais diretrizes foram oficialmente escritas, a hipótese do texto aborda que a ESN não representa uma mudança na segurança japonesa. Isso se justifica, pois, o objetivo último da ESN é assegurar a paz e a estabilidade do Japão e da comunidade internacional, e o alto grau de ameaças ainda existente contra o Japão no Leste Asiático faz com que a ESN não represente um ponto de inflexão à segurança japonesa. Por conseguinte, o artigo está dividido em três seções, explorando, respectivamente, a evolução das políticas de segurança do Japão, especialmente nas últimas duas décadas, a influência da ESN nos livros brancos de defesa do país e em sua política externa e, por fim, a atuação japonesa em face à aplicação de sua ESN.

Palavras-chave: Estratégia de Segurança Nacional; segurança internacional e defesa; Japão.

Abstract: Regarding the creation of the National Security Strategy (NSS) of Japan in 2013, it was attempted to observe the impacts of this strategy on the country's international security until 2022. The research problem, therefore, concerns whether or not the NSS represents a turning point for the international security of Japan. Despite the fact that it is a pioneering document for Japan, taking into account it was the first time in its history that such guidelines were officially written, the article hypothesis addresses how the NSS does not represent a turning point for the Japanese security. Considering that the ultimate goal of the NSS is to secure the peace and stability of Japan and the international community, the high level of threats still existing against Japan in East Asia does not make the NSS a turning point for Japanese security. Furthermore, the article is divided into three sections, exploring, respectively, the evolution of Japan's security policies, especially in the last two decades, the NSS influence over the white papers of the country and its foreign policy, and, lastly, the Japanese performance in face of the application of its NSS.

Keywords: National Security Strategy; international security and defense; Japan.

Resumen: Desde la creación de la Estrategia de Seguridad Nacional (ESN) de Japón en 2013, se buscó observar los impactos de esta estrategia en la seguridad internacional del país hasta 2022. El problema de investigación, por lo tanto, aborda si la ESN representa o no un punto de inflexión en la seguridad internacional de Japón. A pesar de ser un documento pionero al país, ya que fue la primera vez en su historia que tales directrices fueron escritas oficialmente, la hipótesis del texto aborda que la ESN no representa un cambio en la seguridad japonesa. Dado que el objetivo final de la ESN es garantizar la paz y la estabilidad para Japón y para la comunidad internacional, el alto grado de amenazas que aún existen contra Japón en el Este de Asia hace que la ESN no represente un punto de inflexión en la seguridad japonesa. Por ello, el artículo se divide en tres secciones, explorando, respectivamente, la evolución de las políticas de seguridad de Japón, especialmente en las últimas dos décadas, la influencia de la ESN en los libros blancos del país y su política exterior y, por último, la acción japonesa frente a la aplicación de su ESN.

Palabras clave: Estrategia de Seguridad Nacional; seguridad internacional y defensa; Japón.

Recebido em: 06/04/2021

Aceito em: 02/03/2022

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, após mais de quarenta anos de tremendo sucesso econômico, o Japão começou a enfrentar um declínio notável em seu desempenho, principalmente por conta de estagnação econômica. Essa estagnação fez com que a influência japonesa no continente asiático igualmente decaísse, dada a falência do então paradigma dos gansos voadores, uma das estratégias econômicas de maior sucesso do Japão (MALAFAIA, 2016), responsável por modificar a estrutura de produção não só japonesa, mas também de países do sudeste asiático. Em vista disso, a China, com seu grande crescimento econômico ao longo das últimas duas décadas, acabou por ocupar esse espaço de influência anteriormente pertencente ao Japão; a projeção chinesa, por esse ângulo, encobre qualquer tentativa de nova liderança japonesa na Ásia, já que ambos os países se localizam no mesmo espaço geográfico, afetando a influência do Japão em sua própria região. Assim, apesar de o Japão ainda ser a terceira maior economia do mundo, sua participação internacional atualmente se concentra em outros domínios, em temas como segurança humana internacional e não proliferação de armas nucleares, por exemplo.

A despeito de sua estagnação econômica e de sua presença internacional ofuscada pela ascensão da China, o envolvimento do Japão em diversas questões de segurança, sobremaneira no Leste Asiático, chama a atenção da comunidade internacional. Dentre esses problemas identifica-se especialmente a militarização acentuada da China no Mar do Sul da China (MSC) e no Mar do Leste da China (MLC), bem como da Coreia do Norte, com seus constantes testes nucleares e de mísseis balísticos na região (MOFA, 2016). Essas duas nações são, nesse sentido, os únicos dois Estados abertamente securitizados na política externa japonesa. Assim, em conformidade à atual postura proativa quanto à formulação de suas políticas de segurança, o governo japonês criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a 4 de dezembro de 2013, não só para endereçar tais ameaças, mas para servir de palco a discussões estratégicas regulares quanto a demais problemas securitários (MOFA, 2016). Ainda, juntamente ao CSN, a 17 de dezembro de 2013 o Escritório do Gabinete do Primeiro-ministro do Japão publicou, pela primeira vez em sua história, a Estratégia de Segurança Nacional (ESN) do país. O governo japonês aborda nesse documento uma série de posicionamentos e diretrizes de segurança e defesa, os quais passam a oficialmente representar os interesses de Tóquio em escala internacional.

Em novembro de 2021, o Primeiro-ministro japonês Fumio Kishida anunciou que a Estratégia de Segurança Nacional sofreria sua primeira revisão desde 2013. De acordo com informações do governo, tal revisão será realizada ao final de 2022, após nove anos da entrada em

vigor do documento. O objetivo deste artigo, portanto, é analisar como a primeira versão da Estratégia de Segurança Nacional japonesa tem impactado suas questões de segurança internacional até o momento e responder se essa estratégia representa um ponto de inflexão nas políticas securitárias do Japão. A hipótese inicial é de que, apesar de a ESN ser pioneira ao país, o documento não representa um *turning point* na segurança japonesa; o Japão ainda não conseguiu alcançar seu principal objetivo, qual seja eliminar as ameaças contra o país e melhorar a estabilidade e o ambiente de segurança no Leste Asiático. O artigo, por conseguinte, está dividido em três seções. A primeira foca na evolução das políticas de segurança do Japão, especialmente nas últimas duas décadas; em seguida, aborda-se a atual correlação entre a Estratégia de Segurança Nacional do país com suas políticas externa e de segurança; por fim, a terceira seção consiste em uma análise do comportamento japonês em face à criação de sua ESN.

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS SECURITÁRIAS DO JAPÃO

Pode-se dizer que ao longo da história do Japão faltaram políticas de segurança ao país, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e sua confiança nos Estados Unidos em assumir essa responsabilidade¹. David Welch (2011, p. 16) aponta, por exemplo, que não há concordância, tanto por japonólogos quanto por autoridades nipônicas, quanto à existência de uma ‘estratégia nacional’ japonesa durante a Guerra Fria, haja vista a falta de mentalidade ou a falta de necessidade em se pensar uma política desta magnitude. Isso fez com que o Japão, naquele período, apenas desse continuidade à sua então nova postura pacifista estabelecida pela Constituição de 1947, para focar no desenvolvimento de sua economia conforme a Doutrina Yoshida pregara. Sendo assim, Welch indica que, após a Guerra Fria, essa conduta causou agonia no país pelo sentimento de que a política externa japonesa estava desassistida, dado

1 Ao final do conflito, os Estados Unidos ocuparam o Japão e impuseram uma nova Constituição ao país, escrita majoritariamente por um comitê de juristas americanos servindo à ocupação no Japão (BOSCHI, 2021). Dentre as principais mudanças fixadas aponta-se a destituição dos poderes do Imperador e, conseqüente, o estabelecimento de uma democracia parlamentarista sob controle do Primeiro-ministro japonês; e a desmilitarização do país, onde o Artigo 9 do documento impede o Japão de portar forças militares ofensivas de quaisquer naturezas, ao passo que seu direito à guerra foi permanentemente renunciado. Em concomitância, um tratado de segurança entre o Japão e os Estados Unidos foi assinado, tendo como base a Doutrina Yoshida, a qual tornou os EUA responsáveis por salvaguardar a defesa do território japonês, enquanto o Japão reconstruía sua economia, estilhaçada após a guerra. O atual acordo entre os dois Estados está em vigor desde 1960, quando naquele ano foi reformulado, servindo como um contraponto à Constituição japonesa, já que a responsabilidade de defesa do país recai sobre os Estados Unidos. Dessa maneira, o Japão se tornou um país dependente dos EUA em matéria de defesa, tendo em vista a Constituição escrita pelos americanos e os subseqüentes acordos de segurança assinados entre esses Estados.

que o Japão não precisou pensá-la até aquele momento devido à Doutrina Yoshida e a defesa do território japonês pelas forças militares americanas.

Dada a reconfiguração do sistema internacional, portanto, esperou-se do Japão um posicionamento mais proativo após a Guerra Fria. Apesar de o país não ter experimentado uma transformação radical em sua esfera de segurança, dado que até hoje o Japão enxerga os Estados Unidos como seu principal aliado militar, ainda adota preceitos pacifistas e sua Constituição nunca foi sequer emendada, por exemplo, a década de 1990 representa o início da evolução das políticas de segurança e defesa do Japão (OLIVEIRA, 2019). Assim, no pós-Guerra Fria, a primeira grande mudança nessas políticas envolveu as Forças de Autodefesa do Japão (FAD)² e a Guerra do Golfo (1990–1991). Segundo Alana de Oliveira (2019), naquele contexto, tanto os Estados Unidos quanto a comunidade internacional cobraram o envolvimento do Japão no conflito, visto que o país importava quantidades expressivas de petróleo do Oriente Médio e era energeticamente dependente da região. Visto que o Japão renunciou seu direito à guerra através de sua Constituição, o que o proíbe de se envolver em conflitos, o país inicialmente destinou a quantia de US\$ 4 bilhões de auxílio internacional³. Esta ajuda não foi suficiente para mudar a opinião negativa da comunidade internacional, considerando-a uma “diplomacia do talão de cheques” egoísta e irresponsável por não envolver a cessão de forças militares de fato na ação (TOGO, 2008, p. 216), o que obrigou o país a tomar medidas parlamentares no caso. Finalmente, em 1992 foi aprovado pela Dieta japonesa o projeto de lei intitulado “Ato de Cooperação Internacional em Operações de Paz das Nações Unidas”, o qual autorizou a participação das Forças de Autodefesa do Japão em missões de paz e humanitárias, na supervisão de eleições e na provisão de recursos a países terceiros, em operações da ONU (OLIVEIRA, 2019).

Para além da Guerra do Golfo, o Japão subsequentemente atuou em inúmeros outros países com suas Forças de Autodefesa em exercícios de cooperação de paz internacional e alívio a desastres, sempre vinculadas às Nações Unidas. Alguns exemplos de sua atuação internacional são as operações em Camboja (1992), Moçambique (1993–1995), Síria (1996–presente), Índia (2001), Timor-Leste (2002–2004 e 2010–presente), Paquistão (2005), Indonésia (2005 e 2009), Nepal (2007–2011) e Haiti (2010–presente) (JGSDF, s.d.; MOD, 2011).

2 Embora o Japão tenha sido desmilitarizado durante a ocupação americana (1945–1952) através de sua nova Constituição, concedendo ao país seu caráter pacifista, a Polícia Nacional Reserva foi criada no contexto da Guerra da Coreia (1950–1953) para manter a ordem doméstica no país, haja vista o envio de tropas americanas que estavam no Japão ao conflito (BOSCHI, 2021). A Polícia Nacional Reserva foi gradualmente convertida às Forças de Autodefesa do Japão, único aparato militar existente no país até a atualidade. Nesse sentido, a Polícia Nacional Reserva e, posteriormente, as Forças de Autodefesa, representam o início da remilitarização do Japão já na década de 1950.

3 Outros pesquisadores mencionam valores ainda mais altos, como Kazuhiko Togo (2008), que fixou a cifra de US\$ 14 bilhões como a quantia cedida pelo Japão.

Sendo assim, a reconfiguração das FAD do Japão representou uma mudança substancial à segurança japonesa, dado que a partir disso o país abandonou seu comportamento basicamente reativo e defensivo para dar lugar a uma abordagem de 'defesa dinâmica', como mencionado por Eyal Ben-Ari (2015, p. 18). Em adição à Guerra do Golfo, todavia, três outras ameaças à integridade nacional do Japão impulsionaram esse reajuste em suas políticas: (1) os testes de mísseis chineses sobre o Estreito de Taiwan nos anos de 1995 e 1996; (2) o lançamento do míssil norte-coreano Taepodong 1 em 1998, o qual sobrevoou o espaço aéreo japonês e caiu no Pacífico; e (3) os testes nucleares da Índia e do Paquistão em 1998, juntamente da não ratificação do Tratado Compreensivo de Proibição de Testes Nucleares por parte dos Estados Unidos (IBID). Assim, ainda no contexto dos anos 1990, a preocupação securitária do Japão começou a se voltar a países asiáticos, especialmente quanto ao comportamento da China e da Coreia do Norte no Leste da Ásia.

Da mesma forma, a reorientação da política externa americana após os atentados de 2001 fez com que as políticas de segurança e de defesa do Japão se desenvolvessem rápida e notoriamente (OLIVEIRA, 2019, p. 65). Isso se justifica, pois, os EUA mudaram o foco de atuação de sua política externa do Leste Asiático para o Oriente Médio, o que deixou o Japão à mercê da ausência estadunidense para garantir sua defesa; por conta disso, Tóquio reafirmou sua necessidade em adotar uma postura mais proativa em matéria de defesa. Um dos resultados mais significativos deste período foi a construção do escudo antimísseis balísticos em solo japonês, em parceria com os Estados Unidos, no ano de 2004 (IBID).

Segundo Altemani (2000, p. 20), a China visualizou esse novo comportamento japonês em segurança como uma ameaça de remilitarização formal do Japão. Os chineses temeram, ainda, que sua capacidade de dissuasão fosse enfraquecida, ao passo que a parceria nipo-americana fosse fortalecida e, principalmente, de que a ilha de Taiwan pudesse estar incluída no escopo de defesa do escudo antimísseis japonês⁴. Essa constante ameaça de remilitarização do Japão, a partir do ponto de vista chinês, vem desgastando suas relações bilaterais. Por uma perspectiva nipônica, no entanto, as relações sino-japonesas vêm se deteriorando principalmente devido à disputa sobre as Ilhas Senkaku, ou Ilhas Diaoyu, e pela expansão militar chinesa sobre os mares do Sul e do Leste da China (OWENS, 2018; CAMPBELL, 2018). Como Neil Owens (2018, p. 113, tradução minha) indica:

4 Nesse cenário, a China investiu em seu setor militar a ponto de superar enormemente o sistema de defesa de mísseis do Japão, tanto com forças de ataque regulares quanto nucleares (SUZUKI e WALLACE, 2018).

As ações chinesas durante disputas estimulam preocupações japonesas sobre a ascensão da China. A China tem consistentemente demonstrado vontade de empregar todo e qualquer instrumento a sua disposição para pressionar seus vizinhos e avançar com seus interesses; muitos dos métodos usados parecem desproporcionais. O [...] uso de embarcações altamente armadas para desafiar fronteiras marítimas disputadas e territórios reivindicados, e a vontade de tratar espaço aéreo e águas internacionais como sendo territórios próprios levantam questões problemáticas sobre o julgamento chinês e sua dedicação em aderir a um Sistema Internacional baseado em regras preexistentes.

Em adição, desde o início de sua política proativa dos anos 1990, o Japão tem promovido uma maior integração regional no âmbito de organismos asiáticos, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e, mais recentemente, a Parceria Transpacífica (TPP). O Japão propôs junto à ASEAN, por exemplo, a criação de um espaço para discussão de política e segurança na Ásia-Pacífico, o que resultou no estabelecimento do Fórum Regional da ASEAN, em julho de 1994, contando com a participação de países asiáticos para além daqueles do Sudeste, como a China, a Coreia do Sul e o próprio Japão. Ainda no âmbito da ASEAN, outros órgãos surgiram graças à proatividade japonesa, nos quais igualmente se debate política e segurança, como a ASEAN+3 (APT) e a Cúpula do Leste Asiático. Sua política de integração regional, bem como a criação de arranjos regionais, justificava-se pela percepção japonesa de que o expansionismo chinês, já dando sinais na década de 1990, poderia ser freado através de cooperação em segurança com a China junto de países da Ásia Oriental (TOGO, 2008).

Ryo Sahashi (2016) observa que o governo nipônico procura integrar também os Estados Unidos nesse teatro de cooperação em segurança na Ásia. Essa estratégia expandiria uma influência americana na Ásia Oriental e disseminaria as próprias políticas de segurança do Japão, como consequência, à vista da inclusão dos EUA em mecanismos de segurança no subcontinente. Isso contribuiria tanto com o rebalanceamento da região quanto com a contenção da China naquele local. Por conta disso, os EUA foram inseridos na Cúpula do Leste Asiático, contrariamente à vontade da China, junto de outros países não asiáticos como a Austrália, a Nova Zelândia e a Rússia (TOGO, 2008).

Ademais, integrar-se com países da Ásia Oriental significa difundir, em certa medida, um sentimento de regionalismo dentre essas nações, o que auxiliaria também a rebalancear a Ásia. À época de seu mandato como Primeiro-ministro (2001–2006), Junichiro Koizumi foi uma das principais figuras por trás da ideia de regionalismo asiático, incentivando a criação de uma “comunidade aberta que compartilhe a prosperidade econômica e, ao mesmo tempo, aceite a diversidade” (IBID). Esse sentimento de regionalismo e pertencimento mútuo serviria não só para rebalancear a Ásia e frear o expansionismo chinês, como também para reinserir o Japão

na Ásia Oriental⁵. Como chamada pelo ex-presidente americano Barack Obama (2009–2017), o rebalanceamento do Leste Asiático é uma política ‘pivô’ para a região.

Dito isso, devido ao *status quo* no Leste Asiático, especialmente em relação à China e à Coreia do Norte, e por conta da tendência de se tornar mais proativo quanto a seus assuntos de segurança e defesa desde o início da década de 1990, o governo nipônico criou, ao longo do segundo mandato de Shinzō Abe (2012–2020), o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Estratégia de Segurança Nacional (ESN), ambos em 2013. Quanto ao CSN, este órgão foi criado para “prover um fórum onde serão empreendidas discussões sobre inúmeros problemas de segurança nacional de forma regular e quando necessário, sob uma liderança política forte do Primeiro-ministro” (MOFA, 2016, n.p., tradução minha). Por outro lado, a ESN

[...] apresenta os princípios guias da segurança do Japão e de seus objetivos e interesses nacionais, demonstra o ambiente de segurança rodeando o Japão e os desafios à segurança nacional, e apresenta abordagens estratégicas que o Japão deveria tomar para endereçar tais desafios (MOFA, 2016, n.p., tradução minha).

Em outras palavras, o CSN é a plataforma pela qual a ESN é implementada no país. Identifico que essas instituições são marcos à autorregência de questões de segurança por parte do Japão, visto que tais instâncias foram oficializadas pela primeira vez no país e estabeleceram um comportamento específico ao Japão em um período de longo prazo.

Assim, segundo a Estratégia de Segurança Nacional (MOFA, 2016), o país oficialmente conta com três principais interesses e três principais objetivos nacionais. Quanto aos interesses nacionais: (I) manter a própria paz e segurança e assegurar sua sobrevivência; (II) alcançar prosperidade ao Japão e ao seu povo, consolidando, desse modo, sua paz e sua segurança; e (III) manter e proteger a ordem internacional baseada em valores e regras universais. Por outro lado, em relação aos objetivos: (I) fortalecer a dissuasão, impedindo ameaças de alcançarem diretamente o Japão; (II) melhorar o ambiente de segurança da região, prevenir e reduzir ameaças diretas ao Japão, através do fortalecimento da aliança Japão-EUA, e realçar relações de cooperação e de confiança com seus parceiros; e (III) melhorar o ambiente de segurança global e construir uma comunidade internacional pacífica, estável e próspera.

5 Essa busca japonesa pelo regionalismo asiático origina-se da vontade do Japão em recuperar sua identidade local para com os países da região, bem como sua identidade nacional, ambas em crise pós-1945. O regionalismo asiático, portanto, era visto como uma forma de o Japão se reconciliar com a região e redesenhar sua imagem. Sakutarō Tanino, ex-embaixador do Japão em Pequim, afirmou ser crucial à política do Japão tanto promover esse regionalismo asiático e uma segurança cooperativa quanto fortalecer seu poder tradicional, para assim uma possível aliança permanecer firme (IBID).

De forma mais detalhada, seis iniciativas para se alcançar os interesses e os objetivos da ESN foram apresentadas. A primeira é “aumentar e expandir as capacidades e os papéis do Japão”, por ações como melhorar sua diplomacia, construir um sistema de defesa compreensivo que abarque uma maior proteção da integridade territorial e sua segurança marítima, bem como “fortalecer a cibersegurança, o contraterrorismo internacional, suas capacidades tecnológicas e de inteligência e o uso estável do espaço sideral”. A segunda abordagem foca em “fortalecer a aliança Japão-EUA”, defendendo uma cooperação mais diversa e profunda com esse Estado em diferentes áreas de segurança e defesa, assim como pela garantia de uma presença americana mais estável no Japão⁶. O terceiro procedimento refere-se a “fortalecer diplomacia e cooperação em segurança com parceiros para a paz e a estabilidade da comunidade internacional”, focando em fortalecer a cooperação com Coreia do Sul, Austrália, países da ASEAN e Índia. Ainda, construir uma estrutura de “interesses estratégicos comuns” com a China, incitar a Coreia do Norte a “tomar ações concretas rumo à resolução compreensiva de questões preocupantes”, bem como fomentar uma utilização ativa de estruturas multilaterais como a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a Cúpula do Leste Asiático e a ASEAN. A quarta iniciativa proposta é “contribuição proativa a esforços internacionais para a paz e a estabilidade da comunidade internacional”. Este aspecto faz referência ao aprimoramento da diplomacia dentro das Nações Unidas, reforçando o estado de direito na comunidade internacional, incluindo os mares, o espaço sideral e o ciberespaço, ao passo que destaca a importância da cooperação internacional em termos de não-proliferação, Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, da sigla em inglês) e contraterrorismo internacional, por exemplo. A quinta abordagem, “fortalecer a cooperação baseada em valores universais para a resolução de problemas globais”, refere-se a “apoiar a democratização através do uso estratégico e proativo da ODA, responder a desafios de desenvolvimento e de problemas globais, popularizar o conceito de segurança humana, fortalecer estruturas de livre mercado”, dentre outros. Finalmente, a sexta medida proposta pela Estratégia de Segurança Nacional é “fortalecer fundações domésticas que apoiem a segurança nacional e promovam entendimento doméstico e global”. Esta diretriz diz respeito à manutenção e ao aprimoramento da produção de defesa e de tecnologia, ao impulso nas capacidades de comunicação e ao reforço de consciência social (IBID).

6 A primeira e a segunda iniciativas da ESN foram também oficializadas no último Programa de Defesa Nacional (PDN) do Japão, o qual é confeccionado anualmente desde 1958 com o propósito de oficializar a política básica de defesa do país, bem como suas capacidades de defesa e diretrizes para capacidades futuras, o que inclui as FAD. Na íntegra, “o PDN de 2018 [...] afirma que o Japão construirá, doravante, uma capacidade de defesa verdadeiramente eficaz, ‘Força de Defesa Multi-Domínio’, que: possa executar operações entre domínios e que organicamente combine capacidades em todos os domínios, incluindo espaço, ciberespaço e espectro eletromagnético; seja capaz de conduzir de forma sustentada atividades flexíveis e estratégicas durante todas as fases, desde tempos de paz até contingências armadas; e seja capaz de reforçar a capacidade da Aliança Japão-EUA e promover cooperação em segurança” (MOD, s.d.a, n.p., tradução minha).

Dessa maneira, a Estratégia de Segurança Nacional consolida a tradicional visão das políticas externa e de defesa do Japão, mas agora enquanto princípios de segurança nacional de longo prazo. A estratégia, outrossim, reflete o posicionamento de que o país deve contribuir ainda mais proativamente à paz, à estabilidade e à prosperidade do próprio Japão, da Ásia-Pacífico e de toda a comunidade internacional, sob seu viés convencional de ‘contribuidor proativo para a paz’ (MOD, s.d.), parte de sua política externa há anos. À luz da ESN, mais especificamente da primeira iniciativa, o Ministério da Defesa do Japão (s.d.b) determina que capacidades defensivas próprias são as principais garantidoras da defesa do Japão, e que, por esse motivo, será construído no país um sistema de defesa compreensivo para firmemente defender o país. Além disso, o Ministério da Defesa (s.d.b) enfatiza ainda que tanto forças de defesa quanto operações flexíveis conjuntas serão coordenadas, e que cooperação bi e multi-lateral com outros Estados será promovida pelo governo.

Novamente se conectando à primeira iniciativa da ESN e em meio ao acentuado militarismo chinês e norte-coreano ao longo da década de 2010, a Constituição japonesa foi reinterpretada em 2015 com o intuito de autorizar a utilização das Forças de Autodefesa fora de solo nipônico para auxiliar Estados aliados sob ataque (OLIVEIRA, 2019), através da ‘Legislação do Japão para a Paz e a Segurança’. Tal opção, no entanto, pode ser acionada apenas quando a sobrevivência do Japão estiver igualmente ameaçada, empregando-se o mínimo de força possível para apenas repelir tais ataques e garantir a sobrevivência do Japão e de sua população.

Nesse sentido, para além de Forças de Autodefesa altamente móveis, proativas e flexíveis, a política japonesa de defesa dinâmica mencionada por Ben-Ari (2018) igualmente consiste em investimentos em tecnologias, inteligência e capacidade de vigilância avançados, bem como aparatos de guerra anfíbios. Segundo Reito Kaneko (2020), o ex-premiê Yoshihide Suga (2020–2021) apresentou em 2021 um orçamento militar recorde ao Japão, de aproximadamente US\$ 51,7 bilhões, onde estava previsto o desenvolvimento de novos mísseis capazes de atingir embarcações fora de sua zona de disparo, uma nova geração de jatos de combate, novas embarcações navais ao país, bem como um sistema para abater ameaças aéreas, incluindo drones, em consonância à primeira e à sexta iniciativas da ESN. Esses novos aparatos justificam-se pela necessidade de impulsionar a habilidade do Japão em lidar com as ameaças nucleares e de mísseis norte-coreanos e, principalmente, com a progressiva assertividade marítima da China, segundo o Ministro de Defesa Nobuo Kishi. As atuais propostas para o orçamento militar japonês são bastante criticadas por opositores, dado que a posse de tais capacidades ofensivas, de acordo com determinados vieses políticos, vai contra a Constituição pacifista do Japão. De qualquer forma, esse rearranjo nas políticas de segurança e defesa do

Japão, iniciado com a reconfiguração das Forças de Autodefesa na década de 1990, fez com que o país retomasse, na medida do possível, o controle da formulação de suas políticas securitárias na tentativa de se tornar novamente um ‘Estado normal’⁷ (ALTEMANI, 2000, p. 16).

Nessa perspectiva, é válido também analisar a percepção da população japonesa quanto a uma postura mais proativa em defesa e segurança por parte do governo. Shogo Suzuki e Corey Wallace (2018, p. 3) mencionam uma pesquisa de opinião (TUAS-JPOS) realizada conjuntamente pela Universidade de Tóquio e pelo jornal *The Asahi Shimbun*, de orientação liberal, onde 50,3% dos entrevistados demonstraram apoio total a um fortalecimento do sistema de defesa do Japão⁸. Os autores comentam ainda como as ameaças apresentadas pela China e pela Coreia do Norte são igualmente percebidas pela população como ameaças ao país.

Há também discussões mais frequentes sobre a necessidade de o Japão adquirir capacidades de contra-ataque e uma maior vontade para enfrentar essa possibilidade. A abertura do público à ideia de ao menos conversar sobre defesa autônoma, incluindo a aquisição de capacidades ofensivas de longo alcance e armas nucleares, sugere haver uma maior aceitação de políticos abertamente discutindo as necessidades de defesa do Japão (SUZUKI e WALLACE, 2018, p. 3, tradução minha).

Paralelamente a essa pesquisa de opinião, o Escritório do Gabinete do Primeiro-ministro do Japão realiza enquetes periódicas com a população, mais amplas que a pesquisa TUAS-JPOS, acerca de questões de defesa e sobre as Forças de Autodefesa do país. Dentre as inúmeras perguntas realizadas nessa pesquisa, quatro serão aqui destacadas. Quando inquiridos se há risco de o Japão se envolver em uma guerra, 69,2% dos entrevistados responderam haver

7 O conceito de Estado normal, no Japão, serve como contraponto ao pacifismo neutro instaurado no país pós-Segunda Guerra, através do qual se argumenta que o Japão deveria se tornar um Estado westfaliano ‘normal’ como as demais nações do mundo (JESUS JUNIOR, 2008, p. 12). Assim, os defensores desta visão utilizam-na especialmente para justificar que o Japão deveria se tornar um país com controle total sobre suas políticas de defesa, inclusive sobre o direito de se remilitarizar formalmente. Cabe apontar ainda que, após a Guerra Fria, o governo japonês tentou reformar sua Constituição desde o mandato de Junichiro Koizumi (2001–2006), com o intuito de transformar o Japão em um Estado normal. Todavia, foi durante os mandatos de Shinzō Abe (2006–2007 e 2012–2020), especialmente ao longo do segundo, que a pauta de revisão constitucional mais foi debatida na história do Japão, apesar de este plano político não ter sido exitoso (BOSCHI, 2021). Conter avanços chineses sobre os mares do Sul e do Leste da China era o principal objetivo de Abe com a tentativa de normalização do Estado japonês (OLIVEIRA; FERNANDES, 2019).

8 Segundo o jornal, o apoio da população japonesa subiu notavelmente após os incidentes nas Ilhas Senkaku entre 2010 e 2012. Em 2009, por exemplo, 38,5% dos entrevistados foi favorável a um incremento na defesa japonesa; em 2012 observou-se um pico de 57,1%; a partir disso se constatou um declínio nesse apoio, mas que ainda assim representa a maioria dos entrevistados, com 52,7% em 2014 e 50,3% em 2016 (IBID, p. 3). Apesar de a porcentagem ter decrescido nos últimos anos, no escopo desta pesquisa de opinião pode-se inferir que a população japonesa sentiu necessidade de um sistema de defesa mais robusto em face à atuação de terceiros Estados no Leste Asiático, a qual ameaça a segurança do país.

risco, em 2009. Esse número aumentou nas pesquisas posteriores: 72,3% disse que o risco existe, em 2012, 75,5% em 2015 e 85,5% na última pesquisa realizada, em 2018. Nesse sentido, a maior parte dos entrevistados crê que as Forças de Autodefesa e o tratado de segurança com os Estados Unidos são a melhor forma de proteger o Japão: 77,3% expressou essa opinião em 2009, 82,3% em 2012, 84,6% em 2015, tendo esse ano como pico, e 81,9% em 2018. Por outro lado, quanto ao pensamento dos entrevistados sobre o sistema de defesa do Japão, 14,1% dos japoneses responderam, em 2009, que a defesa japonesa deveria ser incrementada; esse número aumentou nas pesquisas seguintes, com 24,8% em 2012, 29,9% em 2015 e, com leve queda, 29,1% em 2018. Não obstante, a maioria dos entrevistados acredita que o sistema de defesa do Japão deve continuar o mesmo, sem sofrer aumentos ou diminuições: 65,1% expressou essa opinião em 2009, 60% em 2012, 59,2% em 2015 e 60,1% em 2018. Por fim, quando inquiridos sobre as funções das FAD em uma pergunta de múltipla escolha, 43,6% dos entrevistados assinalaram, na pesquisa de 2009, que “esforços para apoiar cooperação internacional, como missões de *peacekeeping* da ONU e alívio a desastres no exterior” faz parte das funções das FAD, colocando esta opção como a terceira mais votada. Em 2012, a porcentagem subiu para 48,8%, mantendo-se em terceiro lugar; 42,1% marcou essa opção em 2015, representando a quarta função mais votada, ao passo que na última pesquisa, de 2018, apenas 34,8% dos entrevistados afirmaram que essa era uma das funções das FAD, caindo para a quinta posição mais escolhida pelos japoneses entrevistados (CABINET OFFICE, 2012; IDEM, 2018).

Apesar de a pesquisa de opinião do Escritório do Gabinete igualmente indicar que há um aumento na percepção popular de que as forças de defesa do Japão devem ser incrementadas, a porcentagem favorável a esse fomento destoa consideravelmente dos dados apresentados na pesquisa TUAS-JPOS por ser mais baixa e não representar a maioria da população. Entretanto, na pesquisa do Escritório do Gabinete o aumento no apoio a um sistema de defesa mais robusto também ocorreu após o período de 2010–2012, indicando possível relação com os incidentes nas Ilhas Senkaku e com a militarização de terceiros Estados no Leste Asiático; isso demonstra uma convergência entre as duas enquetes. De qualquer forma, apesar de a percepção de ameaça contra o Japão ter aumentado, conforme apontado na segunda pesquisa, é inconclusivo se a população japonesa, em sua maioria, apoia ou não um incremento no sistema de defesa japonês, sendo que, inclusive, parte significativa da população sequer considera que as FAD deveriam atuar no exterior, como vem ocorrendo na evolução das políticas governamentais.

Em conclusão, as políticas de segurança e defesa do Japão começaram a evoluir, recentemente, a partir da utilização das Forças de Autodefesa em missões da ONU no exterior.

Além disso, a reconfiguração da ordem global pós-Guerra Fria, a mudança de foco da política externa americana do Leste Asiático para o Oriente Médio e as ameaças impostas pela China e pela Coreia do Norte igualmente fizeram com que o Japão adotasse uma postura mais proativa quanto à formulação de suas políticas, com o intuito de novamente se tornar um Estado normal. A Estratégia de Segurança Nacional sobretudo foca em como a manutenção da paz é imprescindível ao Japão e como o país está disposto a aprofundar relações com outros Estados, especialmente com os EUA, e organizações internacionais, em particular as do Leste Asiático, e principalmente como o sistema de defesa japonês deve ser incrementado por ser primordial ao cumprimento da ESN e seus princípios de paz e de proteção territorial. Contudo, para aliar a visão nipônica acerca de sua segurança internacional, a Estratégia de Segurança Nacional é composta de inúmeros posicionamentos tradicionais que já eram adotados pelo Japão anteriormente ao estabelecimento da ESN, em detrimento de modificar substancialmente a atuação japonesa. Isso se explica, pois, a proatividade japonesa iniciou de fato no pós-Guerra Fria, e não com o governo de Abe ou com a ESN, por exemplo. Por esse ângulo, como observa Joel Campbell (2018, p. 911), a postura securitária do Japão é ímpar, especialmente dentre as grandes potências: o país possui forças militares, mas paralelamente adota uma postura pacifista; participa ativamente das Nações Unidas e de suas organizações auxiliares; provê a maior quantia de Assistência Oficial ao Desenvolvimento do mundo por ano; em simultâneo, nenhuma outra potência depende de terceiros, nesse caso dos Estados Unidos, para garantir a maior parte de sua defesa enquanto mantém rivalidade histórica com nações vizinhas.

A ESN E OS LIVROS BRANCOS DE DEFESA DO JAPÃO

A incerteza da existência ou não de uma estratégia nacional japonesa, como mencionado na primeira seção, só foi eliminada em dezembro de 2013, quando o governo do Japão compilou em um único documento políticas estratégicas compreensivas pela primeira vez em sua história. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, portanto, o Japão levou 68 anos para oficializar sua estratégia nacional. Nessa ótica, o livro branco de defesa (LBD) do Japão de 2013 foi o primeiro elaborado sob o governo de Shinzō Abe, anteriormente à divulgação da ESN. Neste documento, Tóquio passou a adotar uma retórica mais nacionalista e um tom mais vigilante se comparado aos livros brancos anteriores, citando desafios diretos à segurança do Japão e como o país pretendia endereçá-los (PANDA, 2013). A expansão e a intensificação das atividades chinesas nos mares do Sul e do Leste, em águas próximas às Ilhas Senkaku, e no

espaço aéreo circundando o Japão, onde inclusive atuam as FDA, bem como os testes nucleares e de mísseis norte-coreanos, passaram a receber atenção no documento. A partir dessas declarações, o Japão reforçou seu compromisso na defesa de seus territórios como um dos pontos centrais do livro branco de 2013 (TAKAHASHI, 2013). Em vista disso, o governo japonês deu menos ênfase, naquele documento, em meios diplomáticos para resolução de conflitos internacionais. Em contrapartida, sugeriu-se que o país deveria adotar uma postura mais independente em defesa, ao passo que são citados novos equipamentos militares a serem incorporados pelas FDA do Japão, como aeronaves, capacidade de vigilância aprimorada, tanto por vias aéreas quanto por radares terrestres, e veículos anfíbios para defesa *off-shore*; ter a capacidade de atacar bases inimigas como uma forma de dissuasão efetiva contra ameaças de mísseis balísticos foi igualmente proposto no LBD daquele ano (IBID; PANDA, 2013).

Assim, Toshiya Takahashi (2013) finaliza que, apesar de o LBD de 2013 ter manifestado novos vieses à política de defesa do Japão, não apresentou uma postura radicalmente diferente quanto aos livros brancos dos anos anteriores. Cabe ressaltar que os livros brancos são sempre divulgados na metade do ano; naquele contexto, Shinzō Abe já havia declarado que pretendia elaborar uma ESN para o Japão (a qual foi divulgada em dezembro); logo, o LBD de 2013 foi escrito já tendo como base alguns dos preceitos posteriormente apresentados na ESN, vide a primeira e a sexta iniciativas. Essa característica, portanto, pode ser interpretada não como um reflexo da ESN nas políticas japonesas, mas sim do tipo de posicionamento que o Primeiro-ministro adotou naquele período. Shinzō Abe foi um premiê mais ativo em assuntos de segurança que seus predecessores, e isso se refletiu nos documentos elaborados ao longo de seus mandatos; do livro branco de 2013 à Estratégia de Segurança Nacional, Abe demonstrou que sua política seria proativa, focada diretamente em conflitos mantidos com vizinhos e que, para resolvê-los, investimento no setor militar japonês seria peça-chave.

Por outro lado, Yoshihide Suga, o qual deu continuidade à política externa proativa de Shinzō Abe, já era o premiê japonês ao tempo da elaboração do LBD de 2021, último livro divulgado até o momento de confecção deste artigo⁹. Nesse documento expressa-se que todo e qualquer conflito regional deve ser tratado como uma ameaça à integridade japonesa. Rajaram Panda (2021) aponta que o governo nipônico menciona pela primeira vez as tensões no estreito de Taiwan, o mal-uso do espaço aéreo ao redor da ilha pela China, e que dessa forma

9 Seria interessante, em pesquisas futuras, analisar também os livros azuis de diplomacia, tendo em vista que muitos pontos da ESN tocam nesse aspecto. Por esse ângulo, a ESN também serve para, de certa forma, alinhar as políticas produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores, formulador da política externa e dos livros azuis de diplomacia, com as do Ministério da Defesa, responsável por elaborar os livros brancos de defesa do Japão.

deveria se prestar atenção no fortalecimento das forças militares chinesas e taiwanesas, inclusive na venda de armas dos Estados Unidos para Taiwan. As operações chinesas no MSC e no MLC continuaram a ser abordadas, bem como a coerção chinesa em tentar modificar o *status quo* nas Ilhas Senkaku. Ademais, o governo japonês indica que deve haver colaboração com países como Austrália, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Índia, Nova Zelândia e Estados Unidos para a promoção de um Indo-Pacífico aberto e livre, o que se conecta à terceira, à quarta e à quinta iniciativa da ESN. Assim, tal como Abe, Suga continuou a dar ênfase a conflitos regionais e à militarização do Japão no LBD de 2021, não necessariamente como reflexo do que a ESN prega, mas sim por conta do tipo de política que vinha sendo adotada por seu predecessor desde 2012 mesmo antes da elaboração do documento.

Taro Aso, vice-primeiro-ministro do Japão (2012–presente), comentou ainda que os Estados Unidos e o Japão deveriam defender Taiwan em caso de ataque da China à ilha, permitindo, nessa ótica, acionar o direito da autodefesa coletiva como proposta pela reinterpretação de 2015 da Constituição. Após a divulgação do LBD de 2021 e dos comentários de Aso, Zhao Lijian, membro do Ministério das Relações Exteriores da China, alegou que Tóquio exagera a chamada ‘ameaça chinesa’, além de condenar irracionalmente as atividades militares e de defesa de seu país, bem como interferir grosseiramente em assuntos internos chineses. Nessa linha, Lijian respondeu ao vice-premiê japonês dizendo que seu posicionamento era extremamente errado e perigoso, e que a China não admitiria que ninguém interferisse na questão de Taiwan (IBID). Logo, embora haja convergência entre as disposições da ESN e algumas das ações adotadas pelo Japão, o posicionamento de Lijian demonstra como o objetivo último da estratégia, qual seja a manutenção da paz no Japão e na Ásia-Pacífico, não está em vias de realização. A terceira iniciativa da ESN, por exemplo, concernindo o fortalecimento de relações diplomáticas e interesses estratégicos comuns com a China, não foi cumprida nessa ocasião.

Apesar de o livro branco de defesa de 2022 ainda não ter sido divulgado, espera-se que seu conteúdo igualmente conte com posicionamentos semelhantes aos atuais. Assim como Abe e Suga, o atual Primeiro-ministro Fumio Kishida já demonstrou que planeja adotar o mesmo tom proativo de seus predecessores; o premiê mencionou, por exemplo, que o Japão deveria “considerar todas as opções para impulsionar seu sistema de defesa, incluindo adquirir a capacidade de atacar bases inimigas em resposta a um ataque iminente” (KANEKO, 2021, n.p., tradução minha), o que, aliás, já havia sido proposto no LBD de 2013, mas que até hoje não se concretizou. Essa declaração foi dada novamente tendo como justificativa a crescente assertividade chinesa em mares próximos ao Japão e a retomada dos testes de mísseis pela Coreia do Norte. Kishida anunciou, em novembro de 2021, que a ESN será revisada ao final

de 2022, quando o documento estará completando nove anos de existência; espera-se que a nova versão da estratégia conte com a mesma proatividade do documento de 2013, tendo em vista os posicionamentos do atual governo.

Assim sendo, os livros brancos de defesa do Japão, os quais são divulgados anualmente, continuam a adotar de maneira geral os mesmos preceitos que Tóquio já vinha adotando anteriormente à Estratégia de Segurança Nacional, mas agora sob o guarda-chuva da ESN, a qual conta com um escopo temporal de longo prazo. As políticas de segurança e defesa do Japão se mostraram, sim, mais diligentes pós-ESN, sobremaneira no que diz respeito ao incremento dos aparatos de defesa do país, mas isso se deve mais à política proativa de Abe e de seus sucessores que da ESN propriamente dita, já que esse documento foi um dos reflexos dessa proatividade.

ATUAÇÃO JAPONESA EM SEGURANÇA INTERNACIONAL

Tendo em vista que o principal objetivo da ESN é ampliar a paz e a estabilidade tanto do Japão quanto da comunidade internacional, analisar-se-á na sequência a atuação japonesa, pós-2013, para assim avaliar se esse critério foi cumprido; a partir disso será avaliado se a ESN representa ou não um ponto de inflexão à segurança japonesa. Com esse fim, investiguei como as relações entre Japão e China, Coreia do Norte e Estados Unidos evoluíram pós-ESN. Mais especificamente, a tensão sobre a militarização acentuada da China, os testes de mísseis norte-coreanos e a parceria japonesa com os EUA foram analisados, como forma de ilustrar a conjuntura das relações entre o Japão e essas nações.

Sendo assim, no que tange aos testes de mísseis norte-coreanos, uma das principais ameaças contra o Japão na atualidade, cinco operações foram realizadas no período entre 1998–2013¹⁰. Analisando o período de 2014–2022, contudo, 43 testes já foram realizados até a data de confecção deste artigo. Ao longo do período pós-ESN, ainda, a região do Leste Asiático passou pela chamada crise dos mísseis na Coreia do Norte, em 2017, quando apenas nesse ano foram realizados 17 testes com mísseis, dos quais dois sobrevoaram o arquipélago japonês. Tendo em vista a relação proporcional de testes por ano, no primeiro período a Coreia do Norte realizou 0,31 testes/ano; no segundo momento, contudo, essa relação subiu para 4,77

10 Ano base de 1998 escolhido dado que nesse ano a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste com um míssil que sobrevoou o território japonês.

testes/ano. Logo, após a criação da ESN o incremento proporcional nos testes de mísseis norte-coreanos está próximo da casa dos 1500% até o momento.

Este aumento notável no número de testes, todavia, não é consequência única de uma maior proatividade japonesa em segurança e defesa; a Coreia do Norte aumentou seus testes militares principalmente devido a ameaças advindas do governo de Donald Trump (2017–2021)¹¹, o que acabou por afetar a segurança do Japão diretamente; dado que os Estados Unidos estão presentes no sistema de defesa do Japão, considerando seu tratado de cooperação mútua e as inúmeras bases militares em solo nipônico, por exemplo, a ameaça norte-coreana foi direcionada também aos japoneses. Assim, apesar de o aumento nos testes norte-coreanos poder ser atribuído aos Estados Unidos, o Japão também compartilha responsabilidade por ser o canalizador das políticas americanas no Leste Asiático e por concomitantemente adotar políticas de defesa mais robustas. Entretanto, a crise de mísseis norte-coreana foi enfraquecida quando Trump visitou a Coreia do Norte em 2018¹², na chamada Cúpula de Singapura, onde foram debatidos temas como desnuclearização da Coreia do Norte, estabelecimento de laços diplomáticos oficiais entre Washington e Pyongyang, e a garantia de que os EUA não atacariam os norte-coreanos com armas nucleares ou convencionais. Destarte, apesar de a crise dos mísseis poder ser atribuída aos Estados Unidos, o próprio país influenciou a Coreia do Norte a diminuir sua atividade militar. Segundo a Estratégia de Segurança Nacional, o Japão deveria ter a capacidade de dissuadir o Estado vizinho e evitar que ameaças atingissem o arquipélago, o que não se observou na prática, sendo essa uma falha aos objetivos do documento. Assim, a diminuição das tensões no Leste Asiático, naquele período em específico, ocorreu sobremaneira por esforços americanos, sem interferência japonesa direta.

Mais recentemente, inclusive, a Coreia do Norte vem criticando os livros brancos de defesa do Japão por avultarem a ‘ameaça de mísseis norte-coreana’, acusando Tóquio de ‘enfiar o nariz’ nos assuntos domésticos da Coreia do Norte (JUNG, 2021), o que expõe como as relações entre os dois países ainda são ásperas. Em adição, a Coreia do Norte vem sugerindo que retomará seus testes nucleares e de mísseis balísticos de longo alcance, um sinal de como as relações com esse Estado, embora sob controle nos últimos anos, podem voltar a se tensionar caso esse cenário se concretize.

11 Como por comportamentos taxativos frente à China, principal parceiro da Coreia do Norte, o que gerou uma guerra comercial entre as duas potências, afetando diretamente os norte-coreanos. Além disso, Trump declarou em 2017 que a Coreia do Norte seria recebida com “fogo e fúria” caso ameaçasse os Estados Unidos, após a inteligência americana relatar que Pyongyang havia produzido ogivas nucleares pequenas o suficiente para caber em mísseis.

12 Sendo Trump o primeiro presidente americano em exercício a visitar o país asiático.

Quanto aos Estados Unidos, um dos pontos da ESN diz respeito ao fortalecimento da aliança Japão-EUA. Essa relação, apesar de prioritária ao governo japonês, nem sempre recebe a mesma importância por parte dos americanos. Como observado por Suzuki e Wallace (2018), sob o *slogan* de 'America First', Trump focou em assuntos enfrentados de maneira direta pelos Estados Unidos em sua política externa, em detrimento de questões envolvendo parceiros tradicionais como o Japão. Dessa maneira, as prioridades do governo Trump estavam voltadas a problemas relacionados sobretudo ao Oriente Médio e à Rússia, ou mesmo à Coreia do Norte, sem se preocupar, no entanto, em como isso reverberaria no Japão, deixando o país em segundo plano.

Owens (2018) também destaca como Trump declarou que o Japão deveria adquirir suas próprias armas nucleares, dando a entender que os EUA poderiam não mais cooperar com Tóquio da mesma forma caso os japoneses não desenvolvessem suas próprias capacidades atômicas. Em segundo lugar, a saída dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica também foi desfavorável ao Japão, visto que cooperação por meio dessa organização fazia parte da manutenção de estratégias competitivas efetuadas contra a China. Apesar de o TPP ser um tratado de livre comércio entre os países signatários, este estava sendo usado pelos americanos como uma barreira à ascensão da economia chinesa, impactando seu desempenho no Leste Asiático, o que favorecia, portanto, o balanceamento da Ásia. Como mencionado anteriormente, o Japão enxerga o TPP como um espaço para impulsionar a influência americana no continente e para alcançar seus objetivos de segurança e defesa, e a saída de Washington da parceria foi prejudicial aos planos de Tóquio. Logo, uma vez fora do TPP, a China ganhou espaço para ocupar um vácuo de poder na região e ampliar sua influência, o que é desvantajoso ao Japão tendo em vista o equilíbrio regional. Como esperado, em 16 de setembro de 2021 a China protocolou seu pedido de entrada na organização.

Não é a primeira vez, contudo, que os Estados Unidos se comportam de maneira contrária ao que o Japão busca. Kazuhiko Togo (2008, p. 238) indica que, durante a formação da ASEAN+3, no início dos anos 2000, os EUA intervieram nesse arranjo cooperativo por motivos políticos após a cooperação começar a desenvolver ímpetus políticos. Essa intervenção, de acordo com o autor, coincidiu com a deterioração das relações sino-japonesas, bem como com a desintegração do frágil equilíbrio entre poder e identidade estabelecido sob a APT. Dessa forma, apesar de os Estados Unidos serem o grande parceiro estratégico do Japão em termos de segurança, há contextos em que o país não atua de forma auspiciosa para com o Japão; quando seus interesses estão em jogo, a aliança nipo-americana é colocada em segundo plano. Togo (2008) problematiza que, aos Estados Unidos, talvez seja mais vantajoso contar

com um Japão dependente e enfraquecido que um Japão proativo e que tome as rédeas da balança regional, visto que assim os EUA podem exercer maior influência sobre o país. Entretanto, a argumentação de Togo é questionável se levados em consideração alguns contextos. A exemplo, ainda no governo de Trump, o presidente mencionou em dado momento que a aliança entre os EUA e o Japão era injusta e deveria ser modificada, visto que o Japão ‘pegava carona’ no tratado de segurança entre os países, indicando que o país deveria ser mais proativo nesse aspecto. Meses mais tarde, Trump voltou a falar da coalizão EUA-Japão, com um tom mais pacífico, dizendo que a aliança entre os dois países deveria ser fortalecida e aprofundada (REUTERS, 2020), apesar dos choques com os ideais japoneses para o Leste Asiático. Dessa forma, embora os EUA intervenham em determinados assuntos no Extremo Oriente na defesa de seus interesses, o que pode destoar do posicionamento japonês, é crucial aos Estados Unidos incentivar uma proatividade japonesa, dado que assim os EUA não atuarão sozinhos no Leste Asiático e terão um aliado funcional na região.

Sendo assim, após o lançamento da Estratégia de Segurança Nacional, as relações entre Tóquio e Washington estremeceram durante a administração de Donald Trump, contrariando o planejado pelo Escritório do Gabinete japonês: cobranças quanto à militarização japonesa e à remodelação do acordo entre os dois países, o descompromisso da política externa de Trump com o Japão por conta da política de *America First*, bem como sua saída do TPP ilustram esse ponto. A partir do governo de Joe Biden (2021–presente), entretanto, os Estados Unidos abandonaram sua postura taxativa quanto à militarização e o acordo com o Japão, dando lugar a um tom mais amigável com o país. Biden já se mostrou aberto a reingressar em acordos e organizações internacionais excluídos por Trump, como a Parceria Transpácífica, o que pode reequilibrar a integração com Tóquio.

Em encontros com o então Primeiro-ministro Yoshihide Suga, em 2021, os dois líderes debateram temas como Covid-19, mudanças climáticas, Coreia do Norte, China e a preservação da estabilidade no Estreito de Taiwan e nos mares do Sul e do Leste da China, a partir do *slogan* do presidente americano “*Build Back Better World*” (B3W). Nas palavras de Suga, foi-se comentado que nenhuma mudança no *status quo* a partir da coerção, da força e da intimidação de outros países da região no MSC e no MLC será aceita, enquanto diálogos francos com a China devem ser realizados.

Além disso, em 21 de janeiro de 2022, Joe Biden e Fumio Kishida, atual premiê japonês, tiveram seu primeiro encontro formal para a discussão de temas como a crescente assertividade militar chinesa no Pacífico, especialmente em torno da ilha de Taiwan, o que levou ambos a concordarem em impulsionar sua cooperação em segurança. O encontro entre os dois chefes

de governo ocorreu após a Coreia do Norte sugerir que retomaria seus testes nucleares e de mísseis balísticos de longo alcance, os quais ficaram em pausa por três anos, após ‘movimentos hostis’ dos EUA. Kishida ainda mencionou que o Japão está disposto a fortificar drasticamente suas capacidades de defesa, ao passo que Biden afirmou que as Ilhas Senkaku estão amparadas pelo acordo de segurança mútua entre os dois países, o que levou o governo da China a criticar o encontro dos líderes, alegando que o Japão e os EUA estariam grosseiramente interferindo em assuntos internos chineses (THE ASAHI SHIMBUN, 2022). Considerando-se o atual cenário, no entanto, Biden deverá se ater em combater os efeitos da pandemia de Covid-19 em seu país como foco principal de suas políticas. De todo modo, a segunda iniciativa da ESN vem se fortalecendo durante o governo de Biden a partir de relações bilaterais mais estreitas.

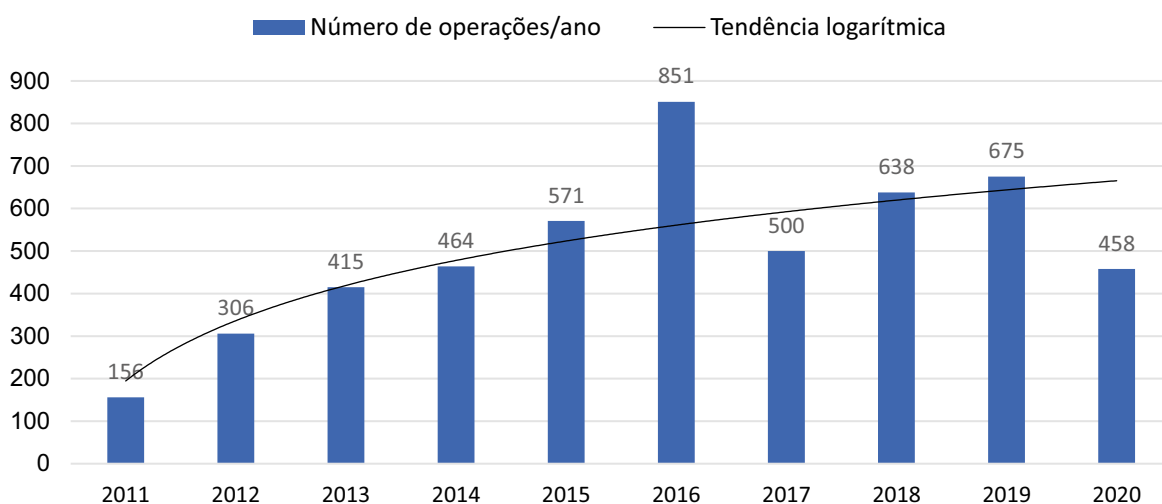
Em relação à China, por outro lado, o *Council on Foreign Relations* (2021) aponta como o conflito sobre as Ilhas Senkaku representa um dos maiores problemas à segurança internacional do Japão envolvendo essa nação. Isso ocorre sobremaneira devido ao avanço militar de ambos os países na região, especialmente pelo incremento de aparatos militares como radares e mísseis. Conforme apontado pelos dados do Banco Mundial (2022), o investimento militar chinês aumentou nos últimos anos, enquanto o investimento japonês se manteve estável durante o mesmo período. Em 2013, o orçamento militar chinês foi de cerca de US\$ 164 bilhões, ao passo que em 2020, último ano registrado pelo Banco Mundial, o montante encontrava-se em US\$ 252 bilhões. Do lado japonês, o orçamento militar do país tanto em 2013 quanto em 2020 foi de US\$ 49 bilhões, com oscilações nesse período. Dessa maneira, o investimento militar chinês anual aumentou cerca de 54% desde a criação da ESN, comparando os orçamentos do primeiro e do último ano analisados, enquanto o japonês se manteve constante. Logo, apesar de o Japão também ampliar sua máquina militar na região do Leste Asiático, a China o faz de maneira superior, seja pelo nível orçamentário destinado, seja pelo tipo de capacidade desenvolvida pelo país¹³.

Quanto às tensões sino-japonesas, o Ministério da Defesa do Japão lança relatórios anuais apontando quantas vezes aeronaves japonesas tiveram de interceptar aeronaves chinesas em emergências, conforme tabela subsequente. O teor destes relatórios exemplifica como, em anos recentes, a China vem recorrendo ao espaço aéreo da região de forma a ameaçar o Japão. Ainda, essas incursões ocorreram majoritariamente na região das Ilhas Senkaku, explicitando como a China atua ativamente naquela zona também por via aérea. A linha de tendên-

13 Haja vista a capacidade da China em superar o escudo antimísseis do Japão, como mencionado anteriormente, ou mesmo de seu objetivo em se tornar líder em Inteligência Artificial até 2030 e implementar essa tecnologia em suas armas militares através do “Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial da Nova Geração” (WORK; GRANT, 2019), por exemplo.

cia logarítmica no gráfico mostra também como as interceptações japonesas aumentaram no período analisado e estão alcançando um platô, porém em um nível mais alto que pré-2013.

Figura – Interceptações do Japão contra a China, segundo número de operações por ano, 2011 a 2020.



Fonte: elaboração própria, baseada em dados obtidos em MOD, 2016; MOD, 2021.

No entanto, apesar de a disputa sobre as ilhas gerar atritos entre os dois países, há cooperação, dentro de um determinado limite, para que a situação seja resolvida de forma pacífica, iniciada ainda antes da criação da ESN.

As discussões entre Japão e China para desenvolver um mecanismo de gerenciamento de crises começaram em 2012. As negociações pararam quando as tensões chegaram ao seu auge em 2013, depois que a China declarou o estabelecimento de uma zona de identificação de defesa aérea, espaço aéreo sobre terra em que a identificação, localização e controle de aeronaves civis é realizada no interesse da segurança nacional. Depois que Japão e China assinaram um documento de quatro pontos em consenso expondo suas diferenças em relação às ilhas em disputa, discussões bilaterais foram retomadas no início de 2015, visando implementar o mecanismo de comunicação marítima e aérea. Após nove rodadas de consultas de alto nível, o mecanismo foi lançado em junho de 2018 (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2021, n.p., tradução minha).

Para além de manter a dominação sobre as Ilhas Senkaku, a expansão militar chinesa no MSC também faz parte do foco de atuação do Japão na região. O Mar do Sul da China importa

ao Japão, pois, através dele, cerca de 90% de todos os recursos energéticos utilizados no país, vindos do Oriente Médio e do próprio Sudeste Asiático, por ali passam (OLIVERA; FERNANDES, 2019). Garantir um MSC livre da influência de um único país, portanto, é vital à sobrevivência energética do Japão. Além disso, teme-se que com uma dominação chinesa no MSC, a China teria legitimidade para modificar a situação das Ilhas Senkaku, no MLC, dominando também esses territórios estratégicos ao Japão. Essas são as razões principais pelas quais Tóquio prevê em tantas instâncias, inclusive na ESN, uma maior cooperação com as nações do Sudeste Asiático. Esses Estados também têm interesse em um MSC desimpedido, dado que muitos deles disputam a demarcação de suas Zonas Econômicas Exclusivas com a China.

Posto isso, as Filipinas são uma nação estratégica ao Japão no Sudeste Asiático para cooperação nesse quesito, dado que esse país também possui um acordo de segurança assinado com os EUA. Os dois países realizaram em 2015, por exemplo, treinamentos conjuntos entre as FAD do Japão e a Marinha das Filipinas, ao passo que em 2016 um acordo de segurança foi assinado também entre esses dois Estados (IBID). Ainda como parte da proatividade japonesa na região, em 2018 um submarino japonês participou pela primeira vez de um patrulhamento no MSC, o que, segundo Oliveira e Fernandes (2019, p. 483), pode ser interpretado “como uma mensagem à China, representando o apoio do Japão a alguns países do Sudeste Asiático e aos EUA”. Ambos os casos retratam um impulso na primeira e na quinta iniciativas da ESN. Nessa ótica, a cooperação do Japão com a ASEAN propicia legitimidade política para o país atuar na região, ao passo que os Estados Unidos fornecem apoio militar para que o Japão opere no MSC (IBID).

Dessa maneira, apesar de o Japão realizar debates com a China com o intuito de resolver o conflito sobre as Ilhas Senkaku, as operações aéreas japonesas contra a China cresceram ao longo do tempo, e isso ocorreu especialmente após o estabelecimento da ESN e da adoção de políticas proativas em matéria de segurança e defesa. Apesar de interceptações representarem um maior comprometimento por parte do Japão em assegurar a defesa de seu território e de seus interesses, mais interceptações também resultam em uma região mais tensa e propensa a embates reais contra os chineses. Em adição, através da assídua participação nipônica no MSC junto de países da ASEAN, para assim rebalancear a arquitetura de segurança asiática, assegurar sua sobrevivência energética, manter seus territórios sob disputa e garantir linhas marítimas de comunicação e liberdade de navegação (IBID), o Japão cria atritos com a China por estar interferindo em uma de suas principais zonas estratégicas no globo. Assim, dado que o objetivo principal da ESN é promover paz e estabilidade no Leste Asiático e no mundo, é questionável se esse tipo de movimentação corrobora com o que a ESN mais defende em seu conteúdo, mesmo se conectando com duas das seis iniciativas propostas no documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o Japão enfrenta vantagens e riscos devido à adoção de sua Estratégia de Segurança Nacional. Quanto às vantagens, a necessidade e a vontade do país em agir de maneira proativa nos campos de segurança e defesa foram intensificadas. Além disso, a ESN reforça como o país está comprometido com a segurança e a estabilidade globais. Ainda, o Japão mostra-se preocupado em manter e proteger uma ordem baseada em valores e regras internacionais. Sendo assim, os parceiros estratégicos dos japoneses, em especial nações ocidentais do norte global, terão uma percepção mais sólida de que o país está de fato alinhado a um *status quo* que os favorece, percebendo o Japão como um país aliado.

Ademais, tendo como base os posicionamentos estratégicos do Japão descritos na ESN, o país se posiciona favoravelmente ao aprofundamento de relações diplomáticas para a resolução de conflitos internacionais ao invés da utilização da força, muito embora o incremento de suas forças militares é um dos focos da estratégia. Da mesma forma, através do desejo de fortalecer laços diplomáticos e cooperação em segurança, citando diretamente a China e as Coreias na ESN, por exemplo, o Japão declara que está aberto à cooperação regional e ao estabelecimento de laços mais duradouros não só com países ocidentais, como também com seus vizinhos.

Em contrapartida, enquanto o Japão pode aprofundar relações com países estratégicos, tais relações podem oscilar a depender de como esses países interpretem a ESN. Como Owens menciona, o Japão está imerso em uma ‘zona cinza’ no Leste Asiático, o que significa que países precisam “adotar níveis cuidadosamente calibrados de força para avançar seus interesses lentamente, enquanto são cuidadosos para permanecer abaixo do limite que engatilharia uma resposta militar” (2018, p. 109, tradução minha). Nessa ótica, considerando os pressupostos de John Herz (1950) sobre o dilema de segurança nas relações internacionais, aqueles países que mantêm conflitos com o Japão podem igualmente expandir suas forças militares por conta de uma possível ameaça advinda do país. Dito isso, na medida que o Japão se comporta mais ativamente em termos militares, países dentro desta zona cinza podem percebê-lo como uma ameaça. Logo, relações especialmente com a China e com a Coreia do Norte tendem a se deteriorar graças a um Japão mais ativo em termos de segurança internacional, como já vem acontecendo, notavelmente quando medidas para incrementar seu *hard power* são acionadas.

A Estratégia de Segurança Nacional, todavia, é um documento importante por finalmente oficializar a estratégia nacional do país, mas sem necessariamente apresentar mudanças significativas em relação a como o Japão já vinha se comportando no cenário internacional. No

entanto, o principal objetivo do documento, qual seja o aprofundamento da paz na região do Leste Asiático através da dissuasão de conflitos e do aprofundamento de relações com países estratégicos, até o momento não aconteceu; em realidade, após a adoção da ESN, os problemas de segurança internacional do Japão se intensificaram, mostrando como a estratégia em pouco ajudou o país no enfrentamento dessas questões. Suzuki e Wallace (2018) apontam que o Japão está atualmente inserido em uma maior probabilidade de guerra que em qualquer período ao longo da Guerra Fria, corroborando com a ideia de que o Japão ainda não alcançou seu nível de paz e estabilidade ideais e que a ESN, por conseguinte, não representa uma guinada favorável quanto à segurança internacional japonesa. As falas de Zhao Lijian, no caso de Taiwan, e o posicionamento norte-coreano quanto aos livros brancos de defesa do Japão brevemente ilustram esse argumento.

Assim, para que o Japão de fato ressignifique sua inserção internacional, é necessário que o país seja mais assertivo quanto à sua segurança. Uma dessas ações, por exemplo, seria dar o primeiro passo em direção à resolução de desavenças históricas com países vizinhos, como Coreia do Sul, Coreia do Norte e China, no que diz respeito ao passado imperialista do país. O imperialismo japonês ao longo do século XX é até hoje o principal combustível para desconfianças e desavenças entre o Japão e os Estados da região, o que faz com que qualquer forma de remilitarização do país seja vista como uma ameaça. Dessa maneira, retificar-se perante seus vizinhos poderia mitigar as tensões existentes no Leste Asiático.

Como bem apontado por Togo (2008, p. 230), se o Japão tem o objetivo de reentrar na Ásia e construir uma nova imagem frente a seus vizinhos, por que o país continua adotando posturas conflitivas, como manter conexão com o Santuário Yasukuni? À época da formação da ASEAN+3 e da Cúpula do Leste Asiático, as relações entre Japão e China estavam estáveis e de fato evoluindo em uma direção positiva, segundo Togo; em 2005, entretanto, as relações sino-japonesas chegaram a seu ponto mais baixo desde o pós-Segunda Guerra dada a visita de Koizumi ao Santuário Yasukuni, o que ocasionou inclusive demonstrações estudantis na China. Logo, a tentativa japonesa de criar um regionalismo asiático, para assim estabelecer confiança com vizinhos e demais países da região e renovar sua imagem enquanto nação amiga, começou a ruir naquele período (IBID) por conta de um movimento equivocado por parte do Primeiro-ministro. Atualmente, Shinzō Abe foi o último premiê a visitar o Santuário, em dezembro de 2013, visita a qual foi fortemente repreendida pela China, pela Coreia do Sul e inclusive pelos Estados Unidos. Apesar de os Primeiros-ministros sucessores terem apenas enviado oferendas a Yasukuni, incluindo Kishida, apenas duas semanas após sua posse, membros do Gabinete de Suga visitaram-no em 2021. A oferenda enviada por Kishida foi respondida pela Coreia do Sul

como sendo decepcionante e lamentável, e que o Japão deveria encarar seus atos do passado. Abe retornou ao templo em 2020 e Suga em 2021, quando já não eram mais líderes do governo. Esse tipo de atitude por parte do governo, portanto, em nada contribui na construção de relações amistosas entre o Japão e os Estados vizinhos; a conexão governamental com o Santuário Yasukuni apenas serve para aprofundar conflitos regionais e deteriorar laços, conforme o episódio de 2005, trabalhando contra os pressupostos da ESN.

A primeira versão da Estratégia de Segurança Nacional, por fim, não foi suficiente para impulsionar mudanças significativas quanto à segurança internacional japonesa, já que a frequente retórica de remilitarização do Japão engatilha tensões no Leste Asiático e ofusca qualquer outra tentativa de Tóquio em estabilizar a região. A estratégia japonesa, dessa forma, não representa um ponto de inflexão na realidade securitária do Japão, mas veio para lembrar que o país faz parte dos arranjos do sistema internacional e que está pronto para fortalecer sua defesa e expandir sua participação internacional, sendo a ESN um movimento simbólico nessa direção.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique. **Japão Como País Normal e Ator Internacional?** In: SEMINÁRIO SOBRE O JAPÃO, 2000, Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, p. 1–26.

BANCO MUNDIAL. **Military expenditure (current USD) – Japan, China.** 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=JP-CN>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BEN-ARI, Eyal. Changing Japanese Defense Policies. **Mideast Security and Policy Studies**, n. 112, 2015.

BOSCHI, Alysson Araldi. Conflitos no Leste Asiático e suas influências nos processos de revisão e de reinterpretação da Constituição do Japão: as décadas de 1950 e 2010. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, vol. 8, n. 16, 2021, p. 208–228.

CABINET OFFICE. 「自衛隊・防衛問題に関する世論調査」の概要, “**Jieitai bōei mondai ni kansuru yoron chōsa**” no gaiyō. 2018. Disponível em: <https://survey.gov-online.go.jp/h29/h29-bouei/gairyaku.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.



CABINET OFFICE. **Outline of “Public Opinion Survey on the Self-Defense Forces (SDF) and Defense Issues”**. 2012. Disponível em: https://nation.time.com/wp-content/uploads/sites/8/2012/04/public_opinion.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

CAMPBELL, Joel. Japan Steps Up its Game: Tokyo’s New Security Approach and its Relations with Asia. **International Affairs**, vol. 94, n. 4, 2018, p. 911–920.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Tensions in the East China Sea**. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/tensions-east-china-sea>. Acesso em: 6 dez. 2021.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, vol. 2, n. 2, 1950, p. 157–180.

JAPAN GROUND SELF DEFENSE FORCES (JGSDF). **International peace cooperation operation**. (s.d.). Disponível em: <https://www.mod.go.jp/gsdf/english/pko/index.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

JESUS JUNIOR, Helvécio de. **Rumo ao “estado normal”: a Política de Defesa do Japão desde o Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

JUNG, Won-Gi. **North Korea bashes Japan’s new defense white paper and its military ‘build-up’**. NK News, 2021. Disponível em: <https://www.nknews.org/2021/07/north-korea-bashes-japans-new-defense-white-paper-and-its-military-build-up/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

KANEKO, Reito. **Japan approves record defense budget for fiscal 2021 amid China threats**. Japan Times, 2020. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2020/12/21/national/japan-record-defense-budget/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

KANEKO, Reito. **Japan ruling party kicks off National Security Strategy review**. Japan Times, 2021. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2021/12/20/national/politics-diplomacy/japan-national-security-strategy/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MALAFAIA, Thiago Corrêa. Japanese International Relations: an assessment of the 1971-2011 period. **Brazilian Political Science Review**, vol. 10, n. 1, 2016.

MINISTRY OF DEFENSE (MOD). **National Defense Program Guidelines (NDPG) and Medium Term Defense Program (MTDP)**. (s.d.a). Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_policy/basis/guideline/index.html. Acesso em: 15 fev. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE (MOD). **National Security Strategy (NSS)**. (s.d.b). Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_policy/basis/strategy/index.html. Acesso em: 25 jan. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE (MOD). **Statistics on scrambles through FY2020**. 2021. Disponível em: https://www.mod.go.jp/js/Press/press2021/press_pdf/p20210409_03.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE (MOD). **Statistics on scrambles through fiscal year 2015**. 2016. Disponível em: https://www.mod.go.jp/js/Press/press2016/press_pdf/p20160422_03.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE (MOD). **Two Decades of International Cooperation: A Look Back on 20 Years of SDF Activities Abroad**. (2011). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180327211942/http://www.mod.go.jp/e/jdf/no24/specialfeature01.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA). **Japan's Security Policy**. 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/security/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. A flexibilidade do pacifismo japonês: um olhar sobre a evolução do poder militar do Japão, da interpretação da Constituição japonesa e do cenário internacional. **Revista Carta Internacional**, vol. 14, n. 2, 2019, p. 52–74.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de; FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. O raiar do sol no Sudeste Asiático: a projeção japonesa no Mar do Sul da China e seus interesses estratégicos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, vol. 5, n. 2, 2019, p. 449–491.

OWENS, Neil J. Japan's Strategic Renaissance: Implications for US Policy in the Asia-Pacific. In: LAI, David; TROXELL, John F.; GELLERT, Frederick J. (ed.). **Avoiding the Trap: US Strategy and Policy for Competing in the Asia-Pacific Beyond the Rebalance**. Carlisle: United States Army War College Press, 2018.

PANDA, Rajaram. **Japan: Defense White Paper 2013**. Institute of Peace and Conflict Studies, 2013. Disponível em: http://www.ipcs.org/comm_select.php?articleNo=4036. Acesso em: 26 jan. 2022.

PANDA, Rajaram. **Japan's Defense White Paper 2021: China Riled by Mention of Taiwan Strait**. Vivekananda International Foundation, 2021. Disponível em: <https://www.vifindia.org/article/2021/july/22/japans-defence-white-paper-2021-china-riled-by-mention-of-taiwan-strait>. Acesso em: 26 jan. 2022.

REUTERS STAFF. **Trump marks U.S.-Japan security pact with call for stronger, deeper alliance**. Reuters, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-japan-security-idUSKBN1ZIO50>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SAHASHI, Ryo. **Japan's Vision for the East Asian security order**. East Asia Forum, 2016. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2016/02/23/japans-vision-for-the-east-asian-security-order/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SUZUKI, Shogo; WALLACE, Corey. Explaining Japan's response to geopolitical vulnerability. **International Affairs**, vol. 94, n. 4, 2018, p. 711–734.

TAKAHASHI, Toshiya. **Japan's 2013 defence white paper stirs tensions with China**. East Asia Forum, 2013. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2013/07/31/japans-2013-defence-white-paper-stirs-tensions-with-china/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

THE ASAHI SHIMBUN. **Biden, Kishida agree to boost security, economic cooperation**. 2022. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/14527817>. Acesso em: 07 fev. 2022.

TOGO, Kazuhiko. O Japão e as novas estruturas de segurança do multilateralismo asiático. In: CALDER, Kent E.; FUKUYAMA, Francis. (ed.). **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas para a estabilidade regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

WELCH, David. Embracing Normalcy: Toward a Japanese 'National Strategy'. In: SOEYA, Yoshhide; TADOKORO, Masayuki; WELCH, David. (ed.). **Japan as a Normal Country? A Nation in Search of Its Place in the World**. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

WORK, Robert O.; GRANT, Greg. **Beating the Americans at their Own Game: An Offset Strategy with Chinese Characteristics**. Washington D.C.: Center for a New Security, 2019.

